

CIDADE ADOENTADA: REPRESENTAÇÕES DA EPIDEMIA DE CÓLERA NO CRATO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Jucieldo Ferreira Alexandre
Mestrando em História (PPGH/UFPB)
jucieldof@yahoo.com.br

Palavras-chaves: História das doenças, reformas urbanas, representações do cólera

Seria preciso um estilo de Dante, seo pavoroso, e aquellas frases de dor, e de aflicção com, que elle descreve seo inferno, e o desespero de Urgolino, para com toda precisão descrevemos a lugubre e horrorosa prisão publica desta cidade [...]. Quando a sociedade parece ir deixando-se escapar aos abusos das epochas coloniaes, esta cadeia como que vai sendo conservada para atestar a barbaridade, em que o pais estava submerso, e como um escarneo ao seculo, em que predomina a filosofia, e tudo tende a uma perfeita regeneração...

O trecho transcrito acima foi publicado no jornal cratense *O Araripe* e versa sobre um tema comum em suas páginas entre os anos de 1855 e 1860: as condições sanitárias da cadeia pública do Crato. Para o periódico, as condições estruturais e higiênicas desta eram “um anachronismo, um opprobio á humanidade, um desmentido a civilização”. Fazendo uma comparação entre o presente da época com o passado colonial, a publicação acabava por representar um maniqueísmo entre práticas antigas e novas, entre o que julgava, respectivamente, “barbárie” e “civilização”, definindo assim a edificação como inaceitável para uma cidade que buscava foros de civilizada.

Eram, deste modo, feitas críticas constantes às autoridades provinciais e municipais, por não providenciarem reformas no prédio que nem uma enfermaria tinha para tratar “os presos pobres, recolhidos às prisões desta cidade” que ficavam expostos a um ambiente de “ar viciado”, ocasionando, inclusive, algumas mortes em determinadas “estações do anno e notadamente no fim dos invernos”, quando eram freqüentes “as febres malignas e perigosos catarraes”. Segundo o jornal, os que sobreviviam ao contato com este ambiente acabavam sendo afetados de outras formas:

Um grande numero de pessoas alojadas em estreitos compartimentos, privados de toda a luz e ventilação necessária, concorre para que os gases mephiticos ahi se condensem, e se respire um poderoso veneno que estraga de prompto a organização mais robusta: raro é o individuo que demorando alguns dias em alojamentos tão insalubres, não contraia uma molestia grave, não volte por muito tempo incapaz de qualquer trabalho.

A forma como a cadeia do Crato é tratada pelo jornal é esclarecedora: revela como um determinado grupo social utilizava das precárias condições sanitárias da edificação para defender a implementação de práticas tidas como “racionais” e “civilizadas”, condizentes com a imagem de cidade que pretendiam representar. Não por acaso, a Câmara Municipal de Crato, ao tratar da necessidade de reforma na edificação em questão – em ofício do ano de 1853, encaminhado ao Presidente do Ceará – destacava sua localização no “centro das nossas ruas”, tornando-se “um ispanthalho em um dos flancos da nossa primeira praça, pardieiro, que só apresentava aos olhos do expectador atento um quase subterrâneo immundo”. Em outras palavras: a presença de um prédio insalubre no meio da cidade era apresentada como uma vergonha e um perigo para a saúde dos presos e dos cratenses em geral.

A polêmica sobre a cadeia do Crato, em meados do século XIX, é um indício de como a incipiente urbanização, então vivida pela localidade, era objeto de preocupação para as elites locais. Crato, entre as décadas de 1850 e 1860, vivia um período de consideráveis transformações sociais, o que levou alguns estudiosos a apresentarem essas décadas como período de “renascimento” para a localidade e para o Cariri, asserto baseado na observação de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que influíram no processo de afirmação dessa cidade enquanto liderança regional.

Nascido de um aldeamento de índios kariris, na primeira metade do século XVIII, passara à categoria de cidade em outubro de 1853, sendo a quinta a ser criada na Província do Ceará e a primeira cidade do Cariri. Em meados do XIX dava-se em seu município e arredores um incremento populacional significativo, como afirmava o contemporâneo Thomaz Pompeu de Souza Brasil: “O município do Crato vae espantosamente crescendo em população, varios nucleos vão se formando todos dias”.

Situado ao sopé da Chapada do Araripe, rica em fontes de água e com solo fértil, a agricultura no Cariri cearense encontrava condições propícias para seu desenvolvimento. Com tais recursos naturais a disposição, a cultura da cana-de-açúcar era a mais forte entre os povoados da chapada. No Crato de meados do XIX era notória a predileção pela cana: a própria Câmara Municipal dava mostras disso criando leis que garantiam a prevalência dos donos de engenho sobre os criadores de gado, obrigando estes “a transferirem seus rebanhos para além dos campos férteis”.

Neste período, a exportação de rapadura para as províncias vizinhas (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) vivia um momento de expansão e os donos de engenho buscavam garantir seus interesses por meio de mecanismos “legais” protecionistas. A rapadura era o produto principal da agricultura cratense e, segundo a historiografia local, o trabalho nos engenhos advinha mais de homens livres pobres, ou agregados, do que da mão-de-obra escrava.

Novos personagens também passavam a ocupar a cena política local de então, disputando espaço com os tradicionais fazendeiros de cana: um grupo de comerciantes que se fixava na localidade – advindo de Fortaleza e, principalmente, da cidade de Icó – estimulou sobremaneira o comércio no Cariri com a implementação e circulação de capital novo e a fundação de lojas no Crato, que se afirmava como distribuidor de produtos manufaturados europeus para sua região e interior das províncias circunvizinhas. Por outro lado, a presença dos comerciantes favoreceu a imigração de profissionais liberais, jornalistas, coletores e advogados para a urbe nascente.

Para Otonite Cortez, a localidade em questão, a partir de meados do XIX, se propunha a “ser o núcleo disseminador de um projeto civilizador para a região do Cariri”. Para a concretização do mesmo – que não deixava de ser um projeto de dominação política – o lugar possuía alguns trunfos: além de ser o mais populoso e rico daquelas paragens, tinha a seu favor o fato de concentrar “o maior número de intelectuais da região, que fundaram em caráter pioneiro, importantes instrumentos de ‘promoção da civilização’”. Podemos assim levantar a hipótese de que eram então engendradas em Crato representações e práticas, instituindo novas formas de comportamento condizentes com o modelo de “cidade civilizada” que se buscava instituir.

Tal como aponta Roger Chartier, entendemos que as representações não devem ser percebidas como discursos neutros. Mesmo à revelia dos “atores sociais”, as representações “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. As representações e práticas são elementos essenciais na constituição das identidades, na forma como o mundo é apreendido pelos diferentes grupos sociais. Desta forma, há uma historicidade das representações, traduzindo posições e interesses sociais que “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” .

Destarte, as contingências produzidas pelo crescimento econômico e pelas pretensões civilizadoras das elites locais também incidiram sobre o incipiente centro urbano de Crato: fundação de cemitério, mercado público, matadouro, construção de alguns sobrados – aos moldes dos de Recife, modelo de civilização para a localidade – nas ruas (ocupadas, em sua maior parte, por casebres de taipa e cobertos de palha), instalação de escolas públicas e particulares e até mesmo a organização de um rudimentar sistema de abastecimento de água, através de uma rede de canais que ligavam o rio Grangeiro, que corta o lugar, aos quintais das moradias.

Outro fato pode ser observado quando saiu o primeiro número do já citado semanário *O Araripe*, em 07 de junho de 1855. Porta-voz do Partido Liberal no sul cearense, o jornal era o espaço privilegiado para os discursos dos comerciantes e profissionais liberais locais, onde expunham seus projetos para a região, polemizando com as autoridades do Partido Conservador no nível

local e provincial. Como vimos acima no caso da cadeia pública, a questão urbana era um tema comum no periódico.

Por outro lado, as pretensões políticas e econômicas da cidade, através de seus representantes, chegavam ao ponto de criar um projeto para fundar uma nova província (Cariris Novos), com capital no Crato e que aglutinaria o sul do Ceará e parte da Paraíba, Pernambuco e Piauí, “onde os interesses econômicos dos cratenses se tinham fortemente entrincheirado”. Em 1856 a Câmara Municipal chegou a apresentar tal projeto aos governos provincial e imperial, mas não obteve sucesso.

Foi, portanto, neste contexto de afirmação econômica e política da localidade estudada, perante sua região, que o cólera fez sua indesejada visita, agitando o cotidiano dos moradores da localidade e estimulando a produção de discursos sobre as reformas e comportamentos urbanos a serem adotados para melhor combater à epidemia que se aproximava.

Em maio de 1855, o cólera morbo atingiu o território brasileiro. O primeiro foco de contaminação se deu na província do Pará, a partir da chegada da embarcação “Deffensor”, que transportava colonos portugueses vindos da cidade do Porto. Do Pará, logo o cólera se espalhou para outros pontos do Império, tais como, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Desde o ano da sua chegada no Brasil, o cólera passou a ser também um tema discutido no Crato. Notícias sobre número de mortos, localidades afetadas, problemas de abastecimento, receitas de remédios e ações governamentais dos paraenses eram, por exemplo, publicados na imprensa local. Com a aproximação geográfica do surto, especialmente entre fins de 1855 e 1856, quando o cólera chegou a Pernambuco, o nível de tensão pareceu se adensar. Inclusive, foi no ano de 1856 que o primeiro cemitério cratense passou a ser utilizado.

Desde pelo menos o início da década de 1850, havia o projeto de construção de um cemitério. Em ofício de 1852 – enviado ao Presidente da Província do Ceará, Joaquim Marcos de Almeida – a Câmara Municipal da então Vila Real do Crato pedia verbas para a “edificação de um simiterio nesta villa”, obra classificada como urgente: “uma das necessidades que não admite demora” [SIC]. No documento, o então presidente da Câmara, o comerciante Antonio Luis Alves Pequeno Júnior, pedia que a Assembléia reservasse uma quantia de quatrocentos mil réis para a “edificação desta obra que tanto precisa esta villa, a qual sendo, como é tão populosa apenas tem um templo a matriz, que dá sepultura aos corpos sendo maior parte destes sepultados pelos campos, e em aberto”. Em agosto de 1853, novo pedido de verba foi feito, em um relatório que pontuava as maiores necessidades da municipalidade. Segundo a fonte, a obra do cemitério já havia sido iniciada então. Todavia, “a custa das almas pias, que não se teem podido negar a coarctar as suas despesas indispensaveis, para contribui com as suas espórtulas” na concretização de uma obra pública recomendável “por todos os principios hygienicos, sanictarios, e de civilização” .

A busca pela substituição na localidade dos enterros no templo pelo cemitério, é um indício da aceitação das teses médicas que apontavam essa prática como perigosa, já que provocaria os “miasmas”, vapores produzidos pela putrefação de matérias orgânicas, especialmente às de origem animal, tidos como um dos principais responsáveis pelas doenças e epidemias que grassavam nas cidades do Império. No Brasil do século XIX, os médicos e sua “medicina social” passavam a ocupar maior espaço político na sociedade. Alardeando uma pretensa busca pela “civilização”, os acadêmicos tentavam tudo disciplinar, pondo em suspeição diversas práticas cotidianas.

Philippe Ariès, discorrendo sobre tal questão na França, afirmou que o “progresso do conhecimento referente à medicina e a higiene (...) tornou intoleráveis as manifestações de fenômenos aos quais se haviam acomodado perfeitamente durante séculos. A nova higiene revelou uma situação que antes não se percebia”. Esta intolerância dos médicos passava a classificar como barbárie os enterros nos templos e o modelo de enterro “civilizado” passava a ser aquele que tinha espaço em cemitérios localizados fora das cidades. Era um espaço previamente indicado mediante estudo detalhado da localização do terreno em relação aos recursos hídricos e aos ventos.

Como já mostramos as pretensões sociais e políticas das elites cratenses, em meados do século XIX, justificavam-se sob a alegação da busca pela “civilização”. Podemos enxergar na construção de um cemitério elementos desse projeto, tendo em vista que estava pautado em um discurso sobre o “desenvolvimento” da localidade, ao instituir práticas de sepultamento condizentes com o modelo “higiênico” que começava a ganhar espaço nas principais urbes do Brasil.

Entretanto, apesar da pedra fundamental do Cemitério Bom Jesus dos Pecadores ter sido lançada em julho de 1853, a necrópole só passou a funcionar efetivamente a partir de março de 1856, justamente no período em que o cólera agia em Pernambuco. Neste contexto, a aparente proximidade da chegada da doença provavelmente deu uma maior agilidade à substituição dos sepultamentos feitos na Igreja da Penha pelas inumações no cemitério, já que a tradicional prática de sepultamento intramuros era uma das mais criticadas pela medicina social do período. O receio causado pela aproximação da epidemia pareceu intenso, ao ponto de simplificar rituais tidos como importantes para a salvação das almas.

Em um texto publicado em 1855, *O Araripe* apontava para um conjunto de medidas sanitárias que deveriam ser adotadas para combater o risco de contaminação da cidade pelo cólera:

As medidas sanitarias, que na quadra atual mais precisamos, é sem duvida que os funcionarios publicos lancem suas vistas sobre a cadeia publica, esse foco pestifero, que tem consumido as vidas de muitos infelises, e causa primaria de algumas molestias aparecidas nesta cidade; as sepulturas de nossa Matris, que se tornão insupportaveis, quando se abrem para os enterramentos no ceio das ruas; becos, quintaes, que ainda existem com pudridões; as poças e enxurradas de aguas, de que

fasemos uso nos misteres da vida; e a falta de medicamentos e de quem caridosamente os applique a nossa numerosa população. Attendão as autoridades a essas principaes necessidades, que muito haverão feito a prol do bem publico.

Excetuando a constatação da falta de médicos e medicamentos no local, as outras medidas citadas dizem respeito à intervenção das autoridades em espaços e práticas tidas como insalubres. Além da já citada polêmica sobre os sepultamentos e a cadeia pública, o texto classifica a sujeira das ruas e quintais, e a estagnação da água, como perigosos focos de “miasmas” e, por conseguinte, sinais de incivilização. Justificava-se, assim, o combate a algumas práticas populares entre os moradores da cidade, como a criação de porcos, por exemplo:

O cholera é do oriente: ele leu o Corão, e se fez sectario do Propheta; hoje proscree o bixo porco por toda a extensão de suas conquistas, maiores já que as do Crescente. Maldição ao que comer do porco e dos animaes immundos! disia o Califa sublime. Morte de contorsões e de agonia, clama seculos depois, o discipulo vencedor, aos que cheirarem a lama em que dorme o porco, em que se remexe o animal immundo!

Diante de tal percepção, as autoridades declararam guerra contra os criadores de porcos: “Há dias tem estado agitada esta cidade; morrem mais porcos, que christãos novos nas ruas de Lisboa; Dá-se um verdadeiro S. Bartholomeo da raça suina”. Tendo suas práticas classificadas como perigosas, os criadores não ficaram passivos e buscaram salvar suas criações, escondendo-as ou levando-as para fora da cidade: “Uns deixão os muros da cidade, amarrados sobre cargas, tremendo pela sua sorte, gritando de expavoridos; outros se achão trancados em escuros quartos, para evitar a sanha dos massacradores!”.

Um ano antes dessas medidas, em 1860, a Câmara enviou uma proposta de código de posturas para aprovação do presidente do Ceará, enquanto não fosse confirmado pela Assembléia provincial. Nela constava como proibido “em todo terreno regadio a criação de porcos; os quais serão mortos a mandato do Fiscal, quando encontrados soltos, ou por qualquer pessoa quando encontrados em sua lavouras, quintais, ou cercados”. A proibição se estendia a criação de cabras e ovelhas nas margens do rio Batateira. Além de alguns artigos que buscavam padronizar o sistema de pesos e medidas, o abate de animais no matadouro público, e a despeja de lixo na cidade, outros tocavam em práticas populares como os banhos e lavagem de roupas nos rios.

É importante destacar que se houve práticas populares tidas como suspeitas no Crato, outras acabaram sendo valorizadas no combate ao cólera: diversos foram os textos publicados sobre medicamentos caseiros, concebidos como apropriados para combater a doença e feitos á base de produtos naturais de muita popularidade, tal como o alho, o sumo do limão, a ipecacuanha, etc.

Até mesmo os médicos – que no Brasil de meados do século XIX buscavam centralizar as práticas de cura – tiveram que assimilar aspectos dos saberes medicinais populares, obviamente apresentando-os com uma aura científica. Com a institucionalização da medicina no Brasil do século XIX, especialmente a partir de 1832, quando se dá a fundação das faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, os médicos passaram a ocupar destaque na sociedade imperial e a combater com mais vigor as práticas de curas não oficiais e demais atitudes populares tidas como “anti-higiênicas”.

Segundo Luiz Otávio Ferreira, diversos estudos trataram deste contexto através da aplicação da “expressão ‘medicalização’ como conceito capaz de descrever o papel ativo das instituições médicas na sociedade brasileira daquele tempo”. Para o autor, tal concepção historiográfica apresenta equívocos, pois desconsidera a existência de “formas de resistência cultural à monopolização” das artes de cura, além de ignorar o fato de que muitas vezes os acadêmicos utilizavam terapias provenientes do saber popular. Os próprios periódicos médicos do período se viam impelidos a publicar a opinião de leigos sobre medicamentos e práticas de cura.

Podemos afirmar que na resposta da população cratense ao cólera mesclaram-se práticas científicas, religiosas e populares: as orientações sobre reformas urbanas e remédios caseiros eram seguidas por orações e pelo incentivo à penitência como forma de evitar o surto epidêmico. A concepção de que só a misericórdia divina poderia impedir a epidemia caminhava ao lado do discurso higienista, daí o porquê do incentivo às práticas penitenciais, que redimissem os pecados e, como conseqüência, aplacassem a ira divina. Como exemplo disso, segue um trecho retirado de *O Araripe*, publicado no mesmo editorial que citamos acima, em que vinham elencadas as intervenções a serem feitas na cidade:

Agora a nosso Reverendo Parocho corre o dever de chamar o povo a oração, para pedimos a Deus não nos fulmine com esse terrível flagello. O que não alcançarmos por meio da oração, nunca obteremos com medidas preventivas; só a infinita bondade de Deus nos pode preservar [SIC] desses males de que somos dignos; por tanto o Parocho chame o povo a oração, este é o seguro meio de alcançar a graça. Elevemos nossas preces, elevemos nossos corações a Deus para lhe pedir as cousas, que nos são necessaria; é o gemido da alma em sua enteligencia; que se derige ao Auctor de todos os bens para solicitar delle a sua misericordia, e attrahir os soccorros de que precisamos.

Todavia, os discursos em torno das reformas urbanas e comportamentais e o incentivo às práticas penitenciais da população não foram suficientes para impedir que o cólera chegasse ao Crato. A epidemia atingiu essa localidade no fim de abril de 1862, matando na ocasião cerca de 1100 pessoas e retornando ao local de forma mais tênue no ano de 1864. Nesse contexto, um novo cemitério foi criado, mais distante do centro urbano, só para inumação dos coléricos.

Segundo a historiografia dedicada às doenças, um surto epidêmico se faz atrativo aos historiadores na medida em que aponta para uma ruptura no cotidiano de uma determinada sociedade, trazendo a tona uma multiplicidade de formas socioculturais de representar e lidar com uma ameaça constante de morte:

[...] Com fronteiras bem estabelecidas tanto no tempo – duração – como no espaço – área geográfica –, as epidemias são episódios de existência breve, mas intensa e arrebatadora, e é esse caráter de crise, de ruptura com uma determinada estrutura que tem chamado à atenção dos pesquisadores uma vez que possibilita iluminar aspectos diversos da vida humana.

Como explanamos até aqui, a ameaça do cólera – desde 1855 – já inspirava os discursos de reformas nas ruas e no comportamento dos cratenses, demonstrando, por um lado, os projetos ditos “civilizadores” da elite local e, por outro, o medo diante de uma doença que matava aos milhares por onde passava. Tal tensão tornou-se mais forte com a chegada do cólera, em 1862-1864. A fundação do cemitério dos coléricos é uma mostra disso: Crato já tinha um cemitério público funcionando na época; contudo, o medo do contato com os falecidos pela epidemia justificou a construção de uma nova necrópole, já que era preciso afastar mais e mais os vivos do perigo da contaminação pelos mortos. Os próprios ritos fúnebres, tão importantes para o imaginário da época, acabaram sendo simplificados diante da pressa em se livrar dos corpos vitimados.

Indícios de como a epidemia abalou o cotidiano dos cratenses podem ser aprendidos na observação de tais ritos. Como afirma Ariès, a “boa morte” - da Idade Média ao século XIX - era a que acontecia em um leito, após um “aviso” prévio. Como contraponto, a “má morte” atacava de forma repentina. Sendo assim, era preferível morrer precedido por sinais, tais como as doenças, porque “sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências”. Entre estas estava a busca pelos últimos sacramentos (confissão, comunhão e extrema-unção, respectivamente).

O ritual era essencial na definição do lugar a ser ocupado pela alma após a morte: Céu, Purgatório ou Inferno? Morrer durante uma epidemia era um exemplo de “má morte”: a força da doença podia levar a um falecimento rápido, não havendo como preparar-se para a transição. Além dos rituais que antecederiam a morte havia outros que a seguiam: a preparação do corpo (vestimenta da mortalha), o velório, a encomendação do corpo (feita pelo padre antes da inumação), etc.

Provavelmente, a pressa em se livrar dos mortos em Crato também simplificou tais práticas. Por outro lado, a quantidade de moribundos e o medo da contaminação também dificultavam o trabalho dos sacerdotes, responsáveis pela aplicação dos sacramentos fúnebres. Para se ter idéia disso, no Livro dos Coléricos de Crato, onde parte das vítimas foram registradas, só encontramos um registro em que consta a presença do ritual de encomendação, o que significa

dizer que quase a totalidade dos vitimados em 1862 foram inumados sem a presença de um sacerdote que encomendasse sua alma.

Talvez por isso, tal cemitério foi durante muito tempo um espaço interdito para os moradores da cidade, como mostra J. de Figueiredo Filho, escrevendo mais de cem anos após a passagem da epidemia de cólera pela localidade:

Poucas calamidades públicas deixaram tão triste memória no Cariri do que a epidemia que flagelou a região em 1862. [...] Muita gente, após vários anos da calamidade, temia até entrar no cemitério dos coléricos. Contavam histórias de arrepiar cabelos de muitos doentes que foram enterrados ainda vivos, com a pressa da arrecadação de cadáveres para a vala comum daquele cemitério.

Ao longo deste artigo observamos como o Crato, nas décadas de 1850 e 1860, viveu um processo incipiente de urbanização. Na década de 1960, quando Figueiredo Filho escreveu o texto transcrito acima, a realidade urbana do Crato era outra, como podemos notar na conclusão que o autor dá ao mesmo: “Hoje, no mesmo local [do cemitério dos coléricos], já em pleno perímetro urbano de Crato, levanta-se moderna estação da Companhia de Eletricidade do Cariri, fato importante do progresso de toda a zona”. Um século tinha se passado e a cidade cresceu ao ponto de aglutinar o cemitério que antes queria longe de si. No lugar deste, contudo, foi erguida uma estação de eletricidade: as comodidades da modernidade e o crescimento urbano tratavam de apagar as marcas físicas deixadas pelo cólera.